

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO ESCOLAR: FORMAÇÃO PARA O MUNDO DE TRABALHO

Leila Maria Carvalho de Souza¹ e Paulo Henrique Rocha Aride²

¹Psicóloga na Secretaria Municipal de Educação, Mestra em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT/IFAM, leilacarvalho1727@gmail.com

²Docente do IFAM e do ProfEPT IFAM, Doutor em Biologia de Água Doce e Pesca Interior, aride@ifam.edu.br

RESUMO

Este artigo tem interesse em investigar o sentido do trabalho como princípio educativo, formação humana integral, sentimento de pertencimento da pessoa com deficiência intelectual no mundo de trabalho. O trabalho é imanente às ações humanas, fazer e saber são inseparáveis. Todos os atos humanos são carregados de intencionalidades. O trabalho como princípio educativo permeia nossas ações e reflexões. O trabalhador dos novos tempos precisa ser alfabetizado para vivenciar o trabalho como princípio educativo e pertencimento social. Então, como a educação do ensino básico vem preparando a pessoa com deficiência intelectual para atuar nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho? O objetivo da pesquisa é analisar a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no contexto escolar como preparação para o mundo do trabalho, buscando nas pesquisas bibliográficas de Freire (2017), Pistrak (2018), Ramos (2007) entre outros a justificativa de inserção no mercado de trabalho como prática e pertencimento social. Os objetivos específicos apresentados são: conceituar o trabalho como princípio educativo, formação humana integral e pertencimento social; refletir sobre o mundo do trabalho e a necessidade de alfabetizar a pessoa com deficiência intelectual. A abordagem da pesquisa é qualitativa de caráter descritivo, usando como instrumento para a coleta de dado a observação, que possibilitou desmistificar estereótipos de incapacitação da pessoa com deficiência intelectual.

Palavras-Chave: Inclusão social. Trabalho como princípio educativo. Formação humana integral. Pertencimento social.

ABSTRACT

This article is interested in investigating the meaning of work as an educational principle, integral human formation, feeling of belonging of the person with intellectual disabilities in the world of work. Work is immanent to human actions, doing and knowing are inseparable. All human acts are charged with intentionalities. Work as an educational principle permeates our actions and reflections. The worker of the new times needs to be literate to experience work as an educational principle and social belonging. So, how has basic education been preparing people with intellectual disabilities to work in formal and non-formal spaces in the world of work? The objective of the research is to analyze the inclusion of people with intellectual disabilities in the school context as preparation for the world of work, searching in the bibliographic researches of Freire (2017), Pistrak (2018), Ramos (2007) among others the justification for insertion in the labor market as practice and social belonging. The specific objectives presented are: to conceptualize work as an educational principle, integral human formation and social belonging; reflect on the world of work and the need to literate people with intellectual disabilities. The research approach is qualitative with a descriptive character, using observation as an instrument for data collection, which made it possible to demystify stereotypes of incapacitation of people with intellectual disabilities.

Keywords: social inclusion. work as an educational principle. integral human formation. social belonging.

INTRODUÇÃO

O tema da pessoa com deficiência intelectual em busca de uma profissionalização vem sendo debatido e ganhando destaques em discussões sociopolíticas de autores como Freire (2017), Veltrone e Almeida (2010), Pistrak (2018) entre outros que propõem discutir através de pesquisas científicas, dando-nos suporte metodológico, primando por uma sociedade que vem lutando por justiça social.

A pesquisa tem relevância social, afinal, é pelo trabalho considerado ato intencional que o ser humano cria e transforma sua própria existência. Como

afirma Aranha e Martins (2005) é pelo trabalho que o homem transforma a si e a natureza que o circunda, constrói sua identidade tanto pessoal como social. O trabalho foi determinado como lei universal, sendo um direito de todos e para todos, independentemente de suas limitações.

O mundo pertence ao alfabetizado, àquele que consegue interpretar textos, pois, ser alfabetizado não se restringe ao simples ato de ler, escrever e aprender fazer pequenas contas, afinal, no atual sistema capitalista o trabalhador deverá aprender a manejar e manobrar instrumentos tecnológicos. Partindo desse pressuposto, então, como a educação do ensino básico vem preparando a pessoa com deficiência intelectual para atuar nos espaços formais e não formais o mundo do trabalho? Buscamos refletir sobre esta questão, abordando sobre os direitos da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho, desmistificando estereótipos de incapacidade.

O presente artigo se justifica na medida em que se fazem necessárias mudanças de crenças e de estereótipos de incapacidades referentes à pessoa com deficiência intelectual, pois segundo Veltrone e Almeida (2010) existem comprovações baseadas em dados estatísticos, científicos e literaturas de pessoas com deficiências que conseguiram superar adversidades e conquistaram o direito de exercer atividade laboral nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho.

A pesquisa apresenta como objetivo analisar a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no contexto escolar como preparação para o mundo do trabalho. Apresentando os objetivos específicos: conceituar o trabalho como princípio educativo, formação humana integral e sentimento de pertencimento social; refletir sobre o mundo do trabalho e a necessidade de alfabetizar a pessoa com deficiência intelectual.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira foi discutido o sentido do trabalho como princípio educativo, formação humana integral e sentimento de pertencimento social, mostrando a necessidade da atividade laboral na vida da pessoa com deficiência intelectual. A segunda traz a pessoa com deficiência intelectual no contexto escolar, destacando as habilidades e potencialidades dos estudantes, abordando o sentido real da alfabetização como preparação para o mundo do trabalho, pois, segundo Pistrak (2018) pessoas com pouca instrução acadêmica podem desempenhar atividades consideradas essenciais para o desenvolvimento e manutenção da sociedade.

O trabalho investigativo será de caráter descritivo, usando a observação

como instrumento de coleta de dados. Segundo Silva (2013) a observação é um dos principais instrumentos de perceber o mundo em sua totalidade.

A abordagem da pesquisa se dará de forma qualitativa. A pesquisa qualitativa segundo Gil (2008) há uma relação dinâmica entre o objeto pesquisado e o sujeito, ou seja, existe um vínculo inseparável entre o mundo real, o objeto e a subjetividade da pessoa, o que não tem como ser quantificado, pois os números não trabalham com emoções e sentimentos. Para Gil (2008) a interpretação de como o fenômeno nos parece e a significação que damos aos mesmos fazem parte do processo da pesquisa qualitativa.

O SENTIDO DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO, FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO SOCIAL

O trabalho permeia nossas relações como prática social. Todas as áreas ligadas às atividades que envolvem humanos trazem a temática em suas discussões, trata-se de um fenômeno social. O homem é um ser social e a partir dessa relação o trabalho desempenhou e desempenha papel preponderante, afinal é através da atividade laboral que o homem (re)produz relações e técnicas que irão beneficiar a sociedade em sua totalidade, trazendo sentimento de pertencimento social.

O sentido do aprender a aprender, considerado um dos domínios do processo da aprendizagem nos remetem as práticas sociais, que resultam em manejos planejados de intencionalidades, é o que ocorre no processo do desenvolvimento ensino aprendizagem, mais especificadamente, na sala de aula, onde todas as relações sociais o sentido da aprendizagem está diretamente ligada ao do trabalho como princípio educativo, formação humana integral e sentimento de pertença social.

A educação é um dos processos legítimos que abrem possibilidades para o mundo do trabalho em seu processo de aprendizagem, pois faz parte da cultura, trazendo o sentido da formação humana integral direcionada ao ensino. O sentido da educação é visto na sociedade como essencial no processo do desenvolvimento como ressalta Ramos (2007, p. 2) ao afirmar que "o ser humano é integral, é uma síntese de múltiplas relações, de modo que suas necessidades são de ordem material (biológica e física), mas também espirituais e simbólicas". Portanto, o ser é percebido como um todo, dentro da

concepção da formação integral.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Uma sociedade para ser desenvolvida dentro da doutrina capitalista há necessidade de ser alfabetizada, afinal, os novos tempos tecnológicos exigem pessoas instruídas. No entanto, Segundo Pistrak (2018, p. 79) existem práticas simples como os “autosserviços” que também são considerados trabalhos como as atividades laborais de varredores de ruas, lavadores de carros, coletores de lixo, porteiros, auxiliares de serviço de limpeza entre outras, que podem ser executadas sem a necessidade do processo formal da conclusão da educação básica. “Todas essas formas de trabalho sem qualificação especial, fora das paredes da escola, organicamente transformam-se em *trabalho social da escola* como tal, como centro cultural”.

O estudo de Pistrak (2018, p. 75) ressalta que atividades simples como os autosserviços são necessárias para a manutenção da sociedade em geral, pois, “[...] devemos formar entre os jovens não somente a habilidade, mas também a necessidade de viver e trabalhar”. Para o autor os autosserviços não exigem qualificação profissional, todas as formas de trabalho se transformam em ações sociais que beneficiam as pessoas em suas práticas laborais lhes trazendo sentimento de pertencimento social.

Quando falamos em sociedade instruída devemos enfatizar o conceito de alfabetização. A alfabetização diz respeito ao processo do aprender a ler e escrever, desenvolvendo as capacidades motoras e cognitivas do indivíduo. Segundo Soares e Batista (2005, p. 47) o termo alfabetizar significa a grafia ortográfica das palavras. “Assim, uma pessoa alfabetizada é entendida como aquela que domina as “primeiras letras”, que domina as habilidades básicas ou iniciais do ler e do escrever”.

Segundo Freire (2017) na era do fordismo e taylorismo as pessoas não precisavam necessariamente saber ler e escrever bastava que soubessem assinar seu nome e apertar botões para que seu emprego estivesse garantido. O capitalismo tecnológico exige qualificação profissional, portanto, há necessidade de uma formação acadêmica completa, afinal o trabalhador de hoje precisa saber manejar com instrumentos tecnológicos cada vez mais sensíveis e sofisticados, havendo a obrigatoriedade de uma formação acadêmica.

Diante desta perspectiva a pessoa com deficiência intelectual não se enquadra pelo fato de não conseguir formação acadêmica, afinal muitos estudantes com deficiência intelectual apresentam dificuldade de aprendizagem, alguns aprendem a fazer pequenas contas, leitura de palavras simples, outros não, dependerá do nível cognitivo em conformidade com laudos médicos e pedagógicos. Segundo a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10 (2011) a pessoa com deficiência intelectual de nível leve e moderado possui capacidade de aprendizado e possibilidade de desempenhar atividade laborativa simples. Cada pessoa é singular, alguns talvez não consigam instrução acadêmica completa, mas Segundo Grandin (2015) isso não as impedirá de se desenvolverem cognitivamente e no campo profissional. Na Escola pesquisada, os estudantes aprendem nas oficinas pedagógicas atividades laborativas que lhes ajudarão à adentrar ao mundo do trabalho. Estudantes com deficiência intelectual estão atuando nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho, inclusive, a escola possui discentes que estão empregados em espaços formais do mercado de trabalho.

Levando em consideração a lei que fala da inclusão em que todos têm direito a educação dentro de suas aprendizagens e habilidades e que poderão ser inseridos no mundo do trabalho, existindo para isso a Lei de Cotas (Lei 8.231/1991) que deve ser aplicada para a proteção dessa camada social desprovida de direitos. A pessoa com deficiência intelectual poderá exercer atividades que estejam ao alcance de suas potencialidades, devendo ser treinadas dentro do espaço escolar nas oficinas pedagógicas. A Lei de Cotas estabelece um percentual de vagas para pessoas com deficiência dentro do setor público e privado. "O percentual fixado por esta Lei estabelece que as empresas com 100 ou 200 funcionários são obrigadas a reservar 2% de seus postos de trabalho para pessoa com deficiência" (SIMONELLI; CAMAROTTO, 2011, p. 14).

As autoras Honora e Frizanco (2008) mostram que as pessoas com deficiência intelectual podem aprender, basta que os profissionais de ensino usem metodologias pedagógicas diferenciadas que contemplem uma formação humana integral. A escola, onde ocorreu a investigação, usa como estratégia pedagógica atividades que auxiliem os estudantes e desenvolvam suas habilidades nas oficinas, ensinando um ofício como vassouraria, crochê, pintura em tela, corte e costura, culinária, além de atividades como dança,

informática, teatro, visitas em espaços de museus e centros comerciais. Todas essas práticas têm o objetivo de aprendizados e desenvolver mudança de comportamento para que tenham postura comportamental diante da função laboral que será exercida no espaço formal e informal do mundo do trabalho.

O sentido e prática social da inclusão de pessoa com deficiência no mundo do trabalho “é um direito independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que sejam apresentados” (BAHIA; SANTOS, 2007, p. 1). Em relação à profissionalização da pessoa com deficiência intelectual, devemos ter a clareza para entender que o trabalho representa uma das principais vias de inclusão social, permitindo assim, que possam demonstrar suas potencialidades e serem reconhecidos como pessoas de direitos e deveres, além de poderem ser chamados de cidadãos.

METODOLOGIA

Fazer ciência não constitui meramente escrever linhas de histórias sem registros científicos, é necessário buscar referências bibliográficas em artigos científicos, explorações de documentações, informações em coletas de dados. Para Lakatos e Marconi (2019, p, 297) a descoberta do problema emerge de contextualizações vividas pelo pesquisador. O conhecimento teórico-científico é construído a partir do problema suscitado. “Esses conhecimentos são frutos da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos, a partir e em continuação do que já foi elaborado e sistematizado pelos que trabalharam no assunto anteriormente” (LÜDKE; ANDRÉ, 2017, p. 2).

Em relação à abordagem da pesquisa, se caracteriza como qualitativa e descritiva, pois possibilita de acordo com Gil (2008, p. 28) uma explanação mais familiarizada com a construção do problema norteador da investigação, além disso, o caráter descritivo objetiva “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Segundo Lakatos e Marconi (2019) o tipo de pesquisa de abordagem qualitativa, o conhecimento é aprofundado fazendo o fenômeno emergir buscando suas causas e consequências, utilizando-se dos objetivos propostos pela mesma. Nesse sentido o objetivo da pesquisa é analisar a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no contexto escolar. Quanto aos específicos temos: conceituar o trabalho como princípio educativo, formação humana integral e sentimento de pertencimento social; refletir sobre o mundo do trabalho e a necessidade de alfabetizar a pessoa deficiência intelectual.

Para os procedimentos da coleta de dados utilizamos como instrumentos a observação e estudos em referências científicas bibliográficas. Para Lüdke e André (2017) a observação é fundamental nas pesquisas de abordagem qualitativa, principalmente, quando são direcionadas ao mundo da educação. Segundo Gil (2008, p. 50) as referências científicas são pesquisas constituídas de artigos científicos, dando possibilidades de novos estudos serem desenvolvidos a partir de suas leituras e análises. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O local da pesquisa para a coleta de dados foi a uma escola estadual da rede básica de ensino, situada no município de Manaus, que atende pessoas com deficiência intelectual, preparando-os através das oficinas pedagógicas para a inserção no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levamos o leitor a refletir sobre os direitos da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho, desmistificando estereótipos de incapacidade que pregam ideias preconcebidas de não capacidade para exercer atividades funcionais dentro do mercado de trabalho na atual visão capitalista.

Na primeira seção abordamos a categoria de trabalho como princípio educativo e formação humana integral e pertencimento social, trazendo para a discussão as práticas sociais e o mundo do trabalho. O trabalho como princípio educativo não separa o fazer do saber sendo seguida por uma formação humana integral que prepara o estudante, dando-lhe oportunidades de conhecimentos mais amplos que possam gerar possibilidades de empregabilidade, além de gerar pertencimento social, levando a pessoa com deficiência a sentir necessidade de uma prática social laborativa. Na segunda abordamos sobre as potencialidades e habilidades da pessoa com deficiência intelectual que mesmo não tendo condições de concluir a educação básica, pode exercer uma atividade laboral, trazendo-lhe sentimento de pertença social, para isso, existe a Lei de Cotas que protege e dá direitos a essa camada social que clama por justiça social.

A educação especial apresenta uma vasta gama de investigações, são

histórias de vidas que poderão ser transformadas em trabalhos científicos. Pessoas que apresentam deficiências, no entanto, são capazes de superar suas limitações e contribuir na construção da sociedade com uma prática laboral, que lhes tragam satisfação pessoal e desenvolvimento cognitivo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena P. **Filosofando: Introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005.

BAHIA, Melissa Santos. SANTOS, Ernani Marques dos. A inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência no Brasil por meio de ações das Organizações do Terceiro Setor: O caso da Associação Amigo Metroviários Excepcionais (AME). **VI Conferencia Regional de ISTR para América Latina Y el Criebe**, 8 al 11 de noviembre de 2007, Salvador/BA. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA.

BRASIL. **Lei de Cotas N. 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. **Coord. Organiz. Mund. da Saúde**. Trad.: Dorgival Caetano, Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, Samanta Araujo. **Deficiência, trabalho e formação profissional**. Manaus: Dalmir Pacheco Editor, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANDI, Temple. PANEK, Richard. **O cérebro autista**. São Paulo: Record, 2015.

HONORA, Marcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Trad. Luiz Carlos de Freitas, São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RAMOS, Marise. Educação pelo trabalho: possibilidades, limites e perspectivas da formação profissional. **Palestra proferida no I Seminário ETSUS-SP**, outubro de 2007.

SILVA, Marcos Antonio da. A Técnica da Observação nas Ciências Humana. **Rev. Educativa**, Goiania, v. 16, n. 2, p. 413-423, jul/dez, 2013.

SIMONELLI, Ângela Paula. CAMAROTTO, João Alberto. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. **Gest. Prod., São Carlos**, v. 18, nº 1, 2011.

SOARES, Magda Becker; BATISTA, Antonio Augusto Gomes. **Alfabetização e Letramento**. Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG, 2005.

VELTRONE, Aline Aparecida; ALMEIDA, Maria Amélia. Perfil da pessoa com deficiência no mercado de trabalho na cidade de São Carlos-SP. **Rev. Educ. Spec. Santa Maria**, V. 23, N. 36, 2010.